



Proponente: Sérgio Miguel Parra Ramos, Vice-Presidente da Comissão Política Distrital de Vila Real, militante n.º 7170.

Âmbito: Moção temática

Título: Descendência e sustentabilidade da Segurança Social

Ex.mo Sr. Presidente da mesa, permita-me que o cumprimente a na sua pessoa toda a mesa

Ex.mo Sr. Presidente do Partido

Ex.mos Srs Deputados

Ex.mos presidentes dos demais órgãos do partido

Ex.mos Militantes aqui presentes

Ex.mos elementos da comunicação social

Boa tarde a todos

É cada vez maior a frequência com que saem a público notícias e dados sobre a sustentabilidade da Segurança Social, sendo considerado pelos diferentes quadrantes políticos que este é, de facto, um problema para as futuras gerações e que se constituem como a força produtiva e contributiva de hoje e que daqui a algumas décadas vão representar a franja da população que deverá as suas condições materiais de existência à força produtiva àquela época.

Hoje esse problema já começa a ser solucionado, entre outras, e de acordo com algumas vertentes políticas, através da imigração de indivíduos provenientes de outros países, os quais ainda mais pobres do que Portugal. Contudo, e como é evidente para todos, essa imigração está a ocupar os trabalhos assalariados de baixos rendimentos, precisamente os salários aos quais não se querem sujeitar os portugueses, os quais, legitimamente se recusam a querer, em virtude de uma formação que lhe permitiu ambicionar algo mais do que a miséria. Esta situação de baixos salários está a substituir os portugueses, que emigram para outros países à procura de melhores salários, por outros que para cá imigram



provenientes de países subdesenvolvidos, e outros desenvolvidos, mas com rendimento per capita inferior a Portugal. No futuro não haverá salários capazes de suportar uma Segurança Social que pague reformas e pensões de acordo com o salário auferido enquanto trabalhador, o que tenderá a colocar a geração da terceira idade numa situação de pobreza.

A política de baixos salários terá consequências dramáticas, pois hoje em dia os pais reformados ainda são o garante de melhores condições de vida dos seus filhos, o que deixará de ser uma realidade no futuro, empurrando cada vez mais portugueses para a emigração. Esse processo levará no médio-prazo a uma substituição da população portuguesa, por uma população portuguesa de maioria imigrante, mas naturalizada.

Por outra via, esta promoção desenfreada do direito à diferença, e que de facto deve ser um direito inalienável, também será um contributo para esta substituição da população portuguesa, na medida em que a nova imigração é proveniente de países com menor abertura para as questões da homossexualidade. Daqui decorre que estes novos imigrantes tenderão a reproduzir-se mais do que os portugueses (o que na verdade se deve, não a uma questão cultural, mas económica, dado que os portugueses emigram tendem a ter mais filhos no país de acolhimento do que em Portugal. Mas esses não regressam! Os que poderão regressar são aqueles que vêm gozar a reforma, não dando qualquer contributo para o aumento da natalidade).

A promoção da Homossexualidade em Portugal vai ter como consequência a redução da natalidade e consequente diminuição da força produtiva que irá contribuir para a Segurança Social aquando da sua reforma. E, neste sentido, ainda que aceitando e respeitando todos aqueles que têm essa orientação sexual, não posso deixar de contestar que o meu direito à reforma seja igual àquele que teve como opção não se reproduzir. Como diz o velho ditado: "É preciso semear para colher!" Quer os homossexuais, quer os casais que, por opção de vida, decidiram não ter filhos (medida que poderá decorrer do acesso a uma melhor qualidade de vida), não podem prejudicar aqueles que os tiveram e que serão, à época da sua reforma, a força produtiva e contributiva para a Segurança Social, garante da sua reforma.

E daí decorre a proposta que aqui enuncio.

A reforma ou pensão deveria estar, numa parte a considerar após estudo (a título de exemplo 20% dependente do salário dos descendentes, o qual proporcional ao vencimento, portanto quanto maior o salário do descendente maior este valor



de 20%) afeta ao salário dos descendentes; isto é, aos seus descontos efetuados enquanto durasse a reforma dos pais.

A família, enquanto instituição que se constitui base de uma sociedade, tem de ter uma responsabilidade para com as diferentes gerações. Essa responsabilidade não se pode cingir à educação das futuras gerações, portanto das crianças até se tornarem adultos independentes, mas também dos filhos para com os pais, através do seu contributo para a vida na velhice.

Pode parecer uma proposta com alguma debilidade em termos de aplicabilidade e mesmo de justiça e direito humano. Mas ela constitui-se como um ponto de partida para uma mudança que valoriza o papel e a responsabilidade da família.

Aqueles que por opção (e friso bem isto, por opção) não têm descendentes que integram a força produtiva, construtora de riqueza para distribuição entre os que já não podem trabalhar, teriam uma reforma 20% inferior àqueles que os têm porque são eles que contribuem para a Segurança Social.

Todos temos o direito de decidir e viver de acordo com as nossas opções de vida. Isto é indiscutível! Mas não podemos deixar de ser responsáveis e responsabilizados por essas opções. Eu não posso, por opção, não ter filhos, e depois exigir uma reforma paga pelos descendentes daqueles que optaram por tê-los.

Isto é como o malabarista (salvaguardando as devidas diferenças, já que se trata de um mero exercício de raciocínio) que encontramos no semáforo vermelho a praticar a sua atividade e nos diz que vivemos presos ao emprego, ao patrão, ao consumismo e que, como ele, deveríamos viver em total liberdade, mas que depois sobrevivem à custa daquele que trabalha, daquele que produz, e que é graças a quem lhe mata a fome que o mesmo se mantém livre!

Mais do que uma questão de justiça, esta medida seria um contributo para a evolução da sociedade em várias dimensões. Logo à partida exigia que tivéssemos filhos, ou mais filhos, para com isto termos acesso a uma reforma mais condigna. Por outro lado, e uma vez que o valor da reforma tributário dos descontos dos descendentes era proporcional ao seu ordenado, obrigaria a que os pais tivessem um cuidado acrescido tanto na educação informal como formal dos seus filhos, o que seria uma mais-valia para as dinâmicas das escolas, reduzindo a indisciplina e o abandono escolar.

O tempo esgota-se e urge tomar medidas que ajudem o país a não se desintegrar e que regresse ao rumo de que a nossa história tanto nos deixa orgulhosos.

Nós não somos um partido de protesto! Fomos eleitos para apresentar medidas e é isso que os portugueses de bem, e todos os outros, esperam de nós!

Esses portugueses de bem esperam que também nós sejamos os políticos de bem e que todos nós, juntos, unidos, sejamos a força motriz capaz de libertar Portugal e os portugueses deste Portugal Fixe que o socialismo nos deixou.

Essa é a esperança que os portugueses depositaram em nós e não vamos desiludi-los.

Viva Portugal!

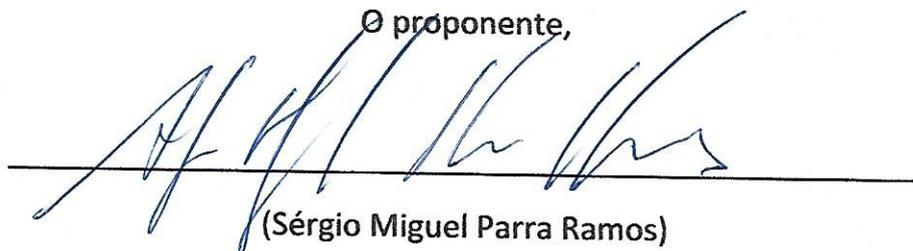
Vivam os portugueses!

Viva o Chega!

Muito obrigado Sr. Presidente!

Vila Real, 17 de janeiro de 2023

O proponente,



(Sérgio Miguel Parra Ramos)